

Notas sobre desenvolvimento industrial e política econômica no Brasil da década de 30

WILSON SUZIGAN*

O objetivo destas notas é muito claro: rever a principal interpretação (Furtado) sobre os efeitos da Depressão de 1929 e as políticas vigentes na economia brasileira na década de 1930, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento industrial, e a subsequente tendência revisionista. Elas não incorporam quaisquer resultados de trabalhos novos de pesquisas sobre o assunto e não pretendem ser exaustivas.

O ensaio está organizado como se segue: a primeira parte apresenta em linhas gerais, as tendências de longo prazo na produção industrial e política econômica. Isto é necessário a fim de colocar a década de 1930 numa perspectiva apropriada. A interpretação de Furtado sobre a década de 1930 é então revista na parte 2, e as principais qualificações sobre as interpretações de Furtado são discutidas na parte 3. Finalmente, algumas observações finais são apresentadas na parte 4.

TENDÊNCIAS DE LONGO PRAZO NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E NA POLÍTICA ECONÔMICA

O desenvolvimento de um setor industrial na economia brasileira desde meados do século XIX tem sido notável. Iniciando como um setor industrial muito simples, subsidiário à principal atividade econômica (produção de café para exportação) e característico do período que vai até o final da década de 1920, ele passou por uma fase de rápida industrialização via substituição de importações no período que abrange a década de 1930 até meados da década de 1950, e daí para a frente, finalmente se transformando no setor

* Do INPES/IPEA e do University College de Londres.

industrial integrado de hoje, cada vez mais aberto ao comércio exterior através da promoção das exportações de manufaturados.

Os dados do crescimento da produção industrial desde o início do século mostram uma distinção muito clara nas tendências de longo prazo, antes e depois da depressão de 1930 (ver Gráficos 1 e 2). No primeiro período, a taxa de crescimento foi moderada (3,5% a 5%, de acordo com diferentes fontes) e as flutuações cíclicas foram muito freqüentes e muito bruscas, com vários anos de taxas de crescimento negativas ou próximas de zero. No segundo período, a taxa de crescimento saltou para aproximadamente 9% e ocorreram flutuações cíclicas menores e menos pronunciadas (com exceção do período de estagnação de 1963-67).

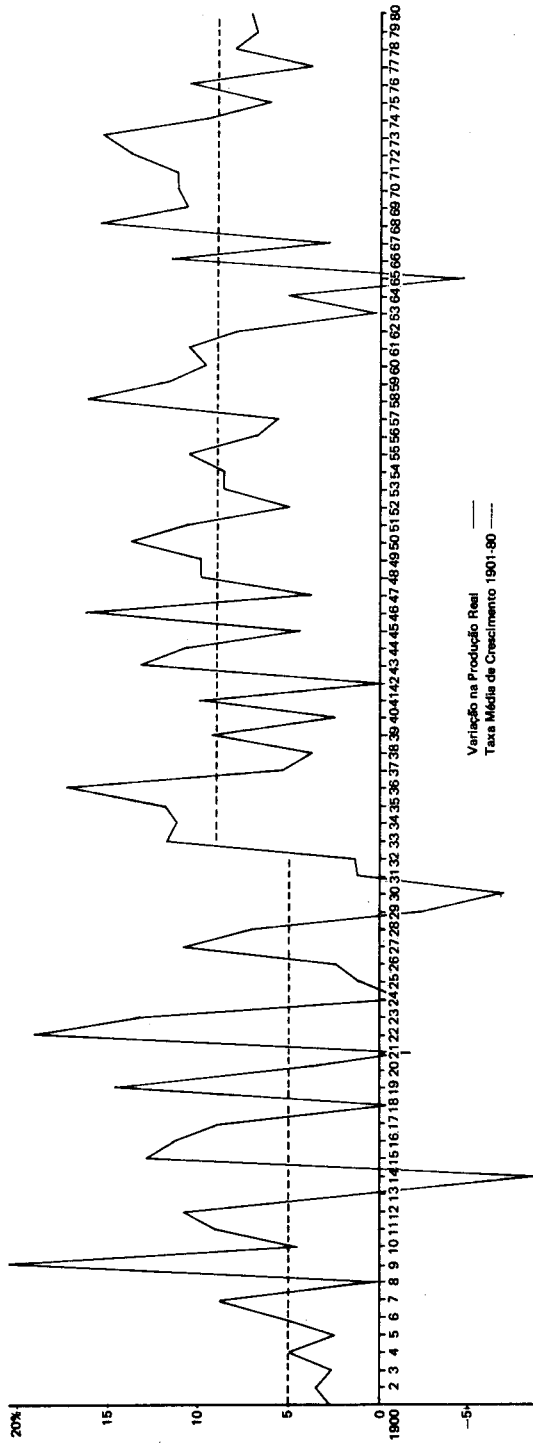
Conseqüentemente, a política econômica nos dois períodos diferiu substancialmente. No primeiro período, a filosofia da política econômica era a do liberalismo econômico, com o mercado de câmbio livre, tarifas fiscais (embora protecionista em alguns períodos), uma política orçamentária equilibrada e austeridade monetária. Nenhum esforço foi feito, em qualquer momento, para induzir uma política ampla de desenvolvimento industrial, embora tenham sido adotadas medidas para promover o desenvolvimento de algumas indústrias específicas. Mais precisamente, a única intervenção significativa do governo no mercado foi para sustentar o programa de “valorização” do café.

No segundo período, de 1930 em diante, duas fases distintas podem ser distinguidas. A primeira se estendeu de 1930 até a metade da década de 1950 e poderia ser caracterizada por um abandono do liberalismo econômico anterior, com crescente intervenção governamental na economia, especialmente para a sustentação do setor cafeeiro, e no mercado cambial. Entretanto, não havia ainda adoção de um conjunto de políticas para a promoção do desenvolvimento industrial, embora novamente algumas das medidas de política econômica mais gerais implementadas influenciassem o setor industrial (especialmente aquelas relacionadas com o comércio exterior e políticas tarifárias). A segunda das duas fases mencionadas é a que se inicia na metade dos anos 50. Foi somente nesta fase (especialmente de 1957 em diante) que uma política deliberada de desenvolvimento industrial foi implementada, consistindo de: um imposto *ad valorem* altamente protecionista combinado com uma política cambial que subsidiava as importações de bens e insumos básicos; atração de investimentos externos diretos para o desenvolvimento das indústrias de bens de capital e de consumo durável; investimento governamental direto em indústrias de base e infra-estrutura, e políticas fiscal, monetária e de crédito expansionistas.

Neste ponto, é importante apresentar, ainda que rapidamente, as características do desenvolvimento industrial pré-Depressão, como um perâmbulo necessário para a compreensão das mudanças estruturais que ocorreram na década de 1930.

Até o final dos anos 20, a industrialização acompanhou o setor de exportação, dentro dos padrões de um modelo de crescimento baseado na exportação. A produção de café para exportação era o instrumento do crescimento, e a demanda externa, naturalmente, desempenhava o papel principal. Neste contexto, a indústria manufatureira era uma atividade subordinada; a expansão da produção dependia, em larga medida

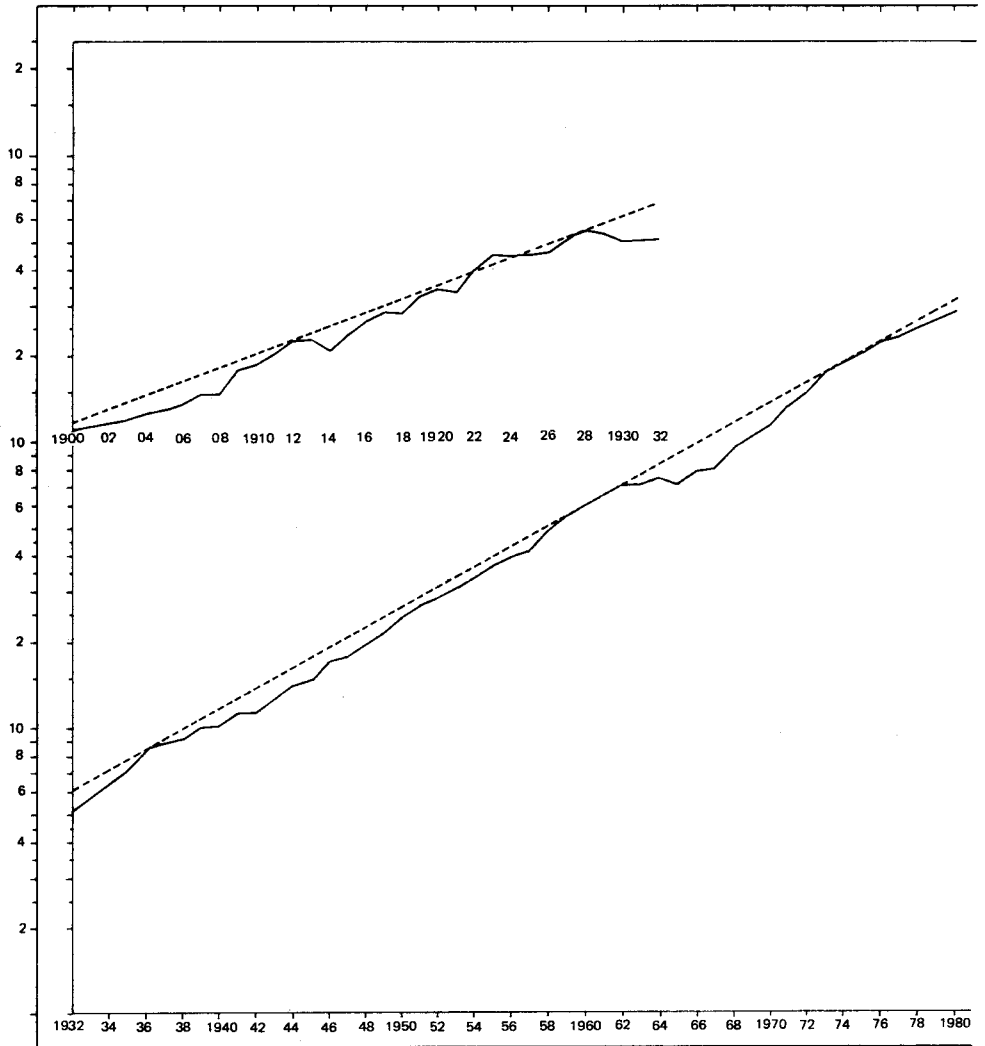
GRÁFICO 1
BRASIL, VARIÇÃO ANUAL NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, 1901-1980



Fontes: 1900-39 Haddad (1977)
 1940-52 Malan *et al.* (1977)
 1953-80 Estimativas Oficiais (Fundação Getúlio Vargas)

GRÁFICO 2

BRASIL, ÍNDICE DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL REAL 1900-1980 (Base 1939 = 100)



Fontes: 1900-39 Haddad (1977)
1940-52 Malan *et al.* (1977)
1953-80 Estimativas Oficiais
(Fundação Getúlio Vargas)

de um mercado criado pela renda do café, e os investimentos dependiam crucialmente da capacidade de importação de máquinas e matérias-primas resultante das exportações de café. Isto não significa, entretanto, que a substituição de importação não tenha ocorrido antes da década de 1930. Na verdade, a substituição de importação já havia avançado muito antes da Depressão, especialmente nas indústrias têxteis de algodão, vestuário, calçados, produtos alimentícios e bebidas. Mas isto ocorreu como um processo normal, impulsionado pela demanda e não fomentado por qualquer política econômica específica. Devido à sua natureza anterior, a indústria pré-Depressão era sujeita a flutuações bruscas na produção e no investimento; a diversificação era um processo muito vagaroso e extremamente limitado em oportunidades. A economia café-exportadora fornecia simultaneamente o estímulo e os limites do desenvolvimento industrial pré-Depressão.

Na década de 1930 o quadro mudou radicalmente. O colapso da economia de exportação deu origem a políticas que sustentaram a renda nominal em um nível relativamente alto e aumentaram a proteção ao mercado interno, tanto pela alteração dos preços relativos como pela imposição de controles quantitativos das importações. Isto resultou em mudanças estruturais substanciais, com a produção para o mercado interno (industrialização por substituição de importações e produção agrícola) tornando-se o motor do desenvolvimento; agora, a demanda interna, em vez da externa, desempenhava o papel principal. No final da década, a produção industrial e o investimento cresciam, pela primeira vez, independentemente do setor exportador, que estava sofrendo sua mais severa crise.

A INTERPRETAÇÃO DE FURTADO SOBRE A DÉCADA DE 1930

A interpretação clássica da década de 1930 é a de Furtado no seu bem conhecido trabalho, *A Formação Econômica do Brasil*. De acordo com Furtado, o desenvolvimento industrial nos anos 30 tornou-se possível pela reação da economia e da política econômica ao desequilíbrio externo, que se seguiu à crise do café e à Depressão. As duas mais importantes medidas para enfrentar a crise foram o programa de sustentação do café e a desvalorização da taxa de câmbio.

O programa de sustentação do café

Através do programa de sustentação do café, o Governo Federal tomou a responsabilidade de defender este importante setor, comprando seu excesso de produção para eventual destruição. Fazendo isto, fez com que o nível da renda nominal caísse menos do que a redução nos preços do café acarretaria. Isto caracterizou a política como anticíclica. Assim, a renda (e portanto, a demanda interna) foi mantida em um nível

relativamente alto (foi de fato reduzida em 25 a 30%, segundo as estimativas de Furtado, comparado com 50% nos Estados Unidos. Os preços do café foram reduzidos em mais de 60% de 1925-29 a 1932).

O ponto importante da análise de Furtado sobre o programa de sustentação do café está no financiamento das compras governamentais do produto. Ele afirmou que as compras foram financiadas através da expansão do crédito. Em suas palavras: “Pela injeção de Cr\$ 1 bilhão na economia em 1931, para aquisição e destruição do café, o governo criava um poder de compra que contrabalançaria parcialmente a queda nos gastos de investimentos que foram reduzidos para 2 bilhões. Fazendo isto, prevenia uma redução mais pronunciada da demanda naqueles setores que dependiam indiretamente da renda criada pelas exportações”. Este ponto, como veremos mais adiante, seria criticado mais tarde por outros autores.

Desvalorização da taxa de câmbio

Com a renda nominal sendo sustentada e com a forte queda na capacidade de importação, o desequilíbrio externo se agravava. Para corrigi-lo o governo permitiu a desvalorização da taxa de câmbio (54% em 1931 e 108% até 1935, em relação a 1928-29). Isto introduziu um aumento brusco nos preços relativos das importações, criando assim novo nível de preços relativos entre produtos importados e produtos domésticos. Foi com base neste novo nível de preços relativos que a industrialização via substituição de importação da década de 1930 teve lugar.

Com as importações mais caras, a demanda interna transferiu-se em parte, dos mercados externos para os produtos domésticos. Assim, com a demanda interna sendo mantida mais firmemente que a externa, o setor de produção para o mercado interno tornou-se mais atraente para investimentos do que o setor exportador. Estava então, na prática, criada uma nova situação econômica brasileira, que é a preponderância do setor ligado ao mercado interno na acumulação de capital. Assim, Furtado acentua a importância da demanda interna como fator dinâmico fundamental para o crescimento econômico dos anos 30 (ele tinha em mente tanto a indústria como a agricultura voltadas para o mercado interno).

Furtado prossegue com sua análise argumentando que o capital foi então transferido do setor cafeeiro para a produção de algodão para exportação (o preço deste último estava aumentando no mercado internacional) e para aqueles setores de produção para o mercado interno (agricultura e indústria).

Mas, a fim de aumentar a capacidade de produção nestes setores, particularmente na indústria, seria necessário importar bens de capital. Entretanto, o aumento dos preços relativos das importações e a limitada capacidade de importação também afetavam os bens de capital. Assim, como era possível aumentar a produção? Como ressaltou Furtado, o aumento da produção tornou-se possível na primeira fase de expansão pela existência de capacidade ociosa no setor industrial. Esta utilização da capacidade de produção

existente também poderia ter resultado em maiores lucros que poderiam ter sido usados para financiar uma expansão adicional. E mais, a crescente demanda por bens de capital em consequência da expansão da produção para o mercado interno, juntamente com os altos preços dos bens de capital importados e a limitada capacidade de importação, criaram condições favoráveis para dar início ao desenvolvimento da indústria de bens de capital no país.

Resumindo: o programa de sustentação do café ajudou a manter a renda nominal e a demanda interna em níveis relativamente altos. Isto, combinado ao repentino aumento no preço relativo das importações com o controle quantitativo do mercado cambial, mais a existência de capacidade ociosa em algumas indústrias de produção voltadas para o mercado interno e a existência no país de uma pequena indústria de bens de capital, explicam a rapidez da recuperação e o rápido crescimento da produção industrial, que se tornou o setor líder contribuindo para o crescimento do PIB.

Efetivamente, a produção industrial deu início à recuperação da crise de 1931, especialmente no Estado de São Paulo (+ 8,9%). Mas somente de 1933 em diante a produção industrial se acelerou, crescendo a uma taxa de 10% até 1936, e a 6% de 1937 a 1939. Isto fez com que a produção industrial dobrasse no decorrer da década, uma notável *performance* se considerarmos a crise internacional e a crise no setor de exportação da economia (café). É importante notar que este crescimento ocorreu enquanto a capacidade de importação estagnava. Este fato levou a uma grande redução no coeficiente de importação de produtos industriais (de 45% em 1928 para menos de 20% em 1939), que é um indicador da extensão da industrialização via substituição de importação nos anos 30. As indústrias líderes eram aquelas de bens intermediários (cimento, aço, produtos metálicos, químicos, papel e derivados da borracha) e, em menor extensão, de bens de capital. Entretanto, as indústrias mais importantes ainda eram aquelas produtoras de bens de consumo não duráveis (principalmente têxteis, vestuário, e gêneros alimentícios) que haviam praticamente concluído a substituição de importação daqueles produtos.

A conclusão sobre este ponto é que a interpretação de Furtado parece ser fundamentalmente correta. Foi realmente na década de 30 que, pela primeira vez na economia brasileira, o setor voltado para o mercado interno tornou-se preponderante em termos de acumulação de capital e de crescimento do PIB. Entretanto, algumas considerações à sua análise poderiam ser feitas, e de fato o foram por uma onda de novas contribuições acerca da interpretação apropriada da década de 1930 (ou do desenvolvimento industrial geral).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTERPRETAÇÃO DE FURTADO

Vários autores têm contribuído recentemente para o debate sobre as origens e o desenvolvimento do setor industrial brasileiro. Intencionalmente ou não, estas contri-

buições têm valido e/ou reforçado a análise de Furtado. O que é discutido aqui são algumas idéias mais gerais que dão destaque ao debate (como aquelas sobre as origens do desenvolvimento industrial e os efeitos do tão falado “choque adverso” da crise no setor exterior da economia) e alguns pontos específicos a respeito da interpretação de Furtado dos anos 30.

Origens do desenvolvimento Industrial

É naturalmente inquestionável que a industrialização no Brasil começou muito antes dos anos 30. Furtado se refere à 1ª Guerra Mundial como primeiro período em que o desenvolvimento industrial se acelerou. Outros autores o situam no período anterior à 1ª Guerra Mundial (Fishlow, 1972; Villela & Suzigan, 1973; Versiani & Versiani, 1977), ou ainda na segunda metade do século XIX (Stein, 1957; Versiani, 1979).

O que é questionável, entretanto, é a natureza e extensão daquela industrialização. Se por industrialização entendemos simplesmente o início das atividades manufatureiras no país, então, ela começou antes da década de 30. Por outro lado, se pensarmos no desenvolvimento industrial como um processo endógeno que torna o capital industrial predominante no processo global de acumulação de capital e, por fim, caracteriza a economia como uma economia industrial, então foi somente na segunda metade dos anos 50 que ele se iniciou, quando o Estado e as empresas multinacionais desenvolveram a importante indústria de bens intermediários pesados, a indústria de bens de capital e de bens de consumo durável (Tavares, 1974). Isto coincide com a implementação, pela primeira vez, de uma política deliberada de desenvolvimento industrial.

Reforçando este ponto de vista, alguns trabalhos recentes poderiam ser mencionados, tais como os de Cano (1977), Mello (1975), Tavares (1974) e Silva (1976). Pelo exame da dinâmica interna da acumulação de capital na economia cafeeira, eles interpretam os investimentos voltados para o mercado interno no final dos anos 20 (indústria, bem como agricultura, sistema bancário, transporte, etc. . .) essencialmente como uma extensa diversificação de capital no setor cafeeiro.

Desta forma, o período que vai dos anos 30 até a metade dos anos 50 poderia ser denominado como um período de transição daquela espécie de “industrialização” subordinada ao capital cafeeiro para o capitalismo industrial característico do período, que vai da segunda metade dos anos 50 em diante.

Choques adversos da crise do comércio exterior

A análise de Furtado sobre a década de 30 enquadra-se perfeitamente no conhecido argumento do “choque adverso”, de acordo com a qual a industrialização estava associada a circunstâncias desfavoráveis no setor externo da economia. De fato, foi a partir das

medidas tomadas para enfrentar a crise que a proteção e o estímulo para o crescimento da produção industrial se derivam.

Este argumento, entretanto, foi de uma maneira geral aplicado a outros períodos (tal como as duas Guerras Mundiais) por outros autores. Foi esta aplicação generalizada que muitas das contribuições recentes (W. Dean, 1969; Villela & Suzigan, 1973; Versiani & Versiani, 1977; Cano, 1977) demonstraram ser excessiva. Agora, é amplamente aceito que as crises no setor externo da economia tiveram um impacto diferente na produção e nos investimentos:

- 1) produção: Foi argumentado que as crises tiveram um efeito positivo sobre a produção industrial. A demanda interna por produtos manufaturados aumentou como resultado de um aumento nos preços relativos das importações e do efeito sobre a renda das medidas de política econômica relacionadas com as crises (especialmente as políticas de expansão monetária e fiscal).
- 2) investimento: o primeiro impacto direto das crises sobre o investimento foi negativo. De fato, o investimento caiu bruscamente em 1914-18, 1930-42. Mas ficou provado (por Fishlow e os Versiani) que, indiretamente as crises tinham um efeito positivo, por aumentar o desejo dos capitalistas em investir no setor industrial e também devido à acumulação de reservas para reinvestimento no setor industrial como resultado dos aumentos nos lucros no decorrer das crises. Embora se reconheça que um aumento na capacidade produtiva dava-se geralmente nas fases de expansão do setor externo.

É interessante notar, entretanto, que Furtado nunca afirmou que a industrialização foi causada por um declínio no comércio externo. Ao contrário, afirma claramente que o “desenvolvimento econômico não implica necessariamente uma redução na participação do comércio externo na produção interna”. O que acontece, de acordo com Furtado, é que o papel do comércio exterior muda à medida que o processo de desenvolvimento prossegue. Na primeira fase, que foi o caso da economia brasileira até a 1ª Guerra Mundial e, em menor extensão, até o final da década de 1920, é o impacto da demanda externa sobre a demanda efetiva que é importante. Naquelas circunstâncias, a expansão do setor externo da economia tornou possível aumentar a acumulação de capital. Num estágio mais avançado, por outro lado, o papel do setor externo como determinante do nível de renda é progressivamente reduzido, mas torna-se estratégico como o determinante da capacidade de importar os bens de capital necessários ao processo de acumulação de capital.

Há uma fase intermediária, entretanto, na qual Furtado classifica a economia brasileira do período da 1ª Guerra Mundial até a época de seus escritos (meados da década de 50). É nesta fase que ocorrem mudanças substanciais na composição das importações, com uma maior dependência do comércio exterior para expansão da capacidade de produção. Assim, também nesta fase, a expansão da capacidade de importar é um forte estímulo ao desenvolvimento econômico. Furtado afirma, considerando o período como um todo, que o principal fator de determinação do nível da demanda — e conse-

qüentemente do desenvolvimento — foi o investimento voltado para o mercado interno, e que é somente nos períodos em que a capacidade de importar está se expandindo que realmente é alcançada uma alta taxa de crescimento (ele se refere aos períodos de 1920-29 e 1946-54, e está considerando, naturalmente, não apenas a produção industrial, mas também a produção ou renda total real).

Parece claro, assim, que Furtado tratou a industrialização que ocorreu dos anos 30 em diante como uma fase intermediária da substituição de importação e que esta ocorreu antes induzida pelas exportações, não fazendo qualquer referência explícita aos “choques adversos”.

Pontos específicos da interpretação de Furtado sobre os anos 30

Algumas considerações sobre pontos específicos da análise de Furtado dos anos 30 têm sido feitas recentemente. Três destes pontos parecem ser mais relevantes: 1) o impacto do programa de sustentação do café sobre os níveis de renda; 2) a proteção à produção industrial; 3) a transferência de recursos do café para a indústria.

1) Impacto do programa de sustentação do café sobre os níveis de renda: este é um dos pontos mais discutidos na análise de Furtado dos anos 30. Como é bastante conhecido, ele afirma que a renda foi mantida em um nível relativamente alto como resultado da política implementada para a defesa do setor cafeeiro. Muitos autores têm contribuído para o debate sobre este ponto, especialmente Peláez (1972), Fishlow (1972) e Silber (1977). As principais considerações feitas foram:

Primeiro, que o financiamento do programa de sustentação do café não foi realizado através do crédito, como afirmou Furtado, mas principalmente pela imposição de novas taxas sobre o próprio setor cafeeiro (Peláez). Isto significa que a política de gastos do governo para a defesa do café não foi tão importante para a manutenção da renda nominal como Furtado tinha assumido. Peláez calculou então a renda líquida do setor do café, e concluiu que de 1928 até 1933 ela se reduziu em 41%. Furtado, como sabemos, tinha estimado a redução na renda nominal total entre 1929 e o pico da depressão entre 25 e 30%. Fishlow veio em apoio a Furtado (embora aceitando parcialmente as revisões de Peláez) ao argumentar que parte da nova taxa sobre o café foi transferida para os consumidores externos devido à inelasticidade da demanda externa do café. Assim, ele concluiu que o efeito-renda do programa de sustentação do café, embora não tão importante como Furtado tinha imaginado, não foi tão insignificante como sugerido por Peláez. Na mesma linha é a contribuição de Silber, acrescentando um ano (1934) às estimativas de Peláez. Ele concluiu que o financiamento através de taxas não foi da magnitude encontrada por Peláez (65%) mas de apenas cerca de 48%, e os remanescentes 52% foram financiados pela expansão de crédito. E foi mais longe ainda, ao argumentar com base no multiplicador do orçamento equilibrado, que mesmo aquela parte financiada pelas novas taxas incidentes sobre o setor cafeeiro foi expansionária (embora não naturalmente, tanto quanto seria se tivesse sido financiada exclusivamente pela expansão de crédito).

Novas estimativas realizadas por Haddad mostram que a produção total em termos nominais reduziu-se efetivamente em 26% entre 1929 e 1931, e em 22% entre 1929 e 1932 como resultado do decréscimo no produto real (5,3% até 1931 e 1,2% até 1932) e de uma redução nos preços (respectivamente 22% e 21%). Em termos de renda real (isto é, após a correção dos índices de produção real pela variação nos termos de troca), o decréscimo até 1932 foi de 28%. Este valor é muito próximo daquele estimado por Furtado.

A *segunda* consideração sobre a análise de Furtado, sobre as políticas do café é que ele não considerou o impacto do *Coffee Realization Loan* (20 milhões de libras) (Peláez; Fishlow; Silber). Entretanto, este parece ser um ponto de menor importância. De fato, para financiar o serviço deste empréstimo, uma outra taxa foi imposta sobre o café, que reduziu claramente o impacto de empréstimo sobre os níveis de renda. Adicionalmente, as informações obtidas com os representantes britânicos contemporâneos mostram que apenas 4 milhões de libras entraram efetivamente no país; o restante foi levantado no Brasil (5 milhões de libras) ou retido para pagar outros débitos, comissões, etc.

Além destas considerações, Neuhaus (1975) e Silber (1977) sugeriram que as políticas monetárias e fiscais em geral (não pesquisadas por Furtado) também foram expansionistas.

2) Proteção e estímulo ao crescimento da produção industrial.

Furtado atribuiu esta proteção e estímulo exclusivamente à mudança nos preços relativos como resultado da depreciação da taxa de câmbio. Este foi, de fato, o mais importante fator para aquela proteção e estímulo, especialmente em 1931-35, quando respondeu integralmente pelo elevado aumento no custo real das importações (80% em relação aos níveis de 1928-29, de acordo com Malan e colaboradores), enquanto que, no mesmo período, o preço das importações (em moeda estrangeira) caiu em 25%; entretanto, tem sido argumentado (Suzigan, 1975; Malan e colaboradores, 1977) que a proteção ao crescimento da produção industrial não derivou apenas desta mudança nos preços como um resultado das desvalorizações da taxa de câmbio, mas também: 1) da intervenção governamental direta no comércio exterior, com controle sobre o mercado cambial e restrições sobre as importações; 2) da política tarifária que aumentou as taxas nominais em 1930 e em 1934.

3) Transferência de recursos: foi mostrado por Peláez que a produção para exportação no Estado de São Paulo na década de 1930 expandiu-se naquelas áreas anteriormente ocupadas pelas plantações de café. Ele aceitou este fato como evidência de que os recursos foram transferidos do café para o algodão, e em consequência, não canalizados para a indústria manufatureira. Sua evidência não foi, obviamente suficiente para confirmar a última parte de sua conclusão. Contudo, é realmente difícil imaginar como os recursos financeiros poderiam ter sido transferidos do setor cafeeiro, intensivamente afetado pela crise, para a indústria manufatureira.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Antes que qualquer conclusão sobre os efeitos da Depressão na indústria brasileira seja alcançada, é necessário que se encontre mais evidências sobre as origens do desenvolvimento industrial, particularmente no que diz respeito a: extensão e diversificação da produção industrial e investimento na fase anterior à Depressão; as inter-relações com o setor exportador; níveis de utilização da capacidade; efetividade das políticas do incentivo para promover indústrias específicas assim como a política econômica global, etc. De uma conclusão geral, entretanto, não se pode escapar: a interpretação de Furtado sobre a década de 1930 como um momento decisivo para o desenvolvimento industrial brasileiro é essencialmente correta, por mais que deva ser aperfeiçoada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANO, W. (1977), *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, São Paulo, DIFEL.
- DEAN, W. (1969), *The Industrialization of São Paulo, 1880-1945*, Austin, University of Texas Press.
- FISHLOW, A. (1972), "Origins and Consequences of Import Substitution in Brazil", em L. E. di Marco (ed.), *Essays in Honour of Raul Prebisch*, Nova Iorque e Londres, Academic Press.
- FURTADO, C. (1959), *Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura.
- HADDAD, C. (1977), "Crescimento do Produto Real Brasileiro, 1900-1947", em Versiani e Barros (1977).
- MALAN, P. S. et al. (1977), *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil, 1939/52*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES.
- MELLO, J. M. C. de (1975), *O Capitalismo Tardio: Contribuição à Revisão Crítica da Formação e Desenvolvimento da Economia Brasileira*, Dissertação de Doutorado, Campinas, UNICAMP/IFCH.
- NEUHAUS, P. (1975), *História Monetária do Brasil, 1900-1945*, Rio de Janeiro, IBMEC.
- PELÁEZ, C. M. (1972), *História da Industrialização Brasileira*, Rio de Janeiro, APEC Editora.
- SILBER, S. (1977), "Análise da Política Econômica e do Comportamento da Economia Brasileira, 1929-1939", em Versiani e Barros 1977.
- SILVA, S. S. (1976), *Expansão Cafeeira e Origem da Indústria no Brasil*, São Paulo, Alfa Ômega.
- STEIN, S. J. (1957), *The Brazilian Cotton Manufacture: Textile Enterprise in a Underdeveloped Area, 1850-1950*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- SUZIGAN, W. (1975), "Industrialização e Política Econômica: Uma Interpretação em Perspectiva Histórica", em *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. 5, nº 2, dezembro, pp. 433-474.
- TAVARES, M. C. (1974), *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*, Dissertação de Doutorado, UFRJ.
- VERSIANI, F. R. (1979), "Industrial Investment in an Export Economy: The Brazilian Experience Before 1914", University of London, Institute of Latin American Studies, Working Papers nº 2.
- VERSIANI, F. R. e BARROS, J. R. M. (1977), *Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização*, São Paulo, Saraiva.
- VERSIANI, F. R. e VERSIANI, M. T. R. O. (1977), "A industrialização Brasileira antes de 1930: Uma Contribuição" em Versiani e Barros (1977).
- VILLELA, A. V. e SUZIGAN, W. (1973), *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES.